

De acordo com o disposto no artigo 8.º do decreto regulamentar n.º 26/2012 de 21 de fevereiro, a SECÇÃO DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOCENTE DO CONSELHO PEDAGÓGICO é, a par do presidente do conselho geral, do diretor, do conselho pedagógico, dos avaliadores externos e internos e dos avaliados, um dos intervenientes do processo de avaliação.

# REGIMENTO INTERNO

## SECÇÃO DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOCENTE DO CONSELHO PEDAGÓGICO

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	2
Artigo 1.º – Definição e objeto	2
Artigo 2.º – Composição	2
CAPÍTULO II – ORGANIZAÇÃO	2
Artigo 3.º – Mandato dos membros da Secção	2
Artigo 4.º – Incompatibilidades e/ou impedimentos	2
Artigo 5.º – Competências da SADD	2
Artigo 6.º – Funções do presidente da SADD	3
CAPÍTULO III – FUNCIONAMENTO	3
Artigo 7.º – Periodicidade e convocatória das reuniões	3
Artigo 8.º – Quórum das reuniões	3
Artigo 9.º – Secretariado da SADD	4
Artigo 10.º – Voto e formas de votação	4
Artigo 11.º – Avaliação final	4
Artigo 12.º – Reclamação	4
Artigo 13.º – Cumprimento de quotas	5
CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES FINAIS	5
Artigo 14.º – Dúvidas e omissões	5
Artigo 15.º – Alterações ao Regimento	5
Artigo 16.º – Entrada em vigor e publicitação	5

agrupamento de escolas da abelheira

**VIANA DO CASTELO**

2018 / 2019

## **CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **Artigo 1.º**

#### **Definição e Objeto**

1. A Secção de Avaliação do Desempenho Docente do Conselho Pedagógico, adiante designada por SADD, a que se refere o artigo 12.º do Decreto Regulamentar n.º 26/2012 de 21 de fevereiro, é um órgão autónomo, cujas funções e competências são específicas e exclusivamente relacionadas com a avaliação de desempenho.
2. O presente regulamento define a composição, as competências e o funcionamento da SADD do Agrupamento de Escolas da Abelheira.

### **Artigo 2.º**

#### **Composição**

1. A SADD é, de acordo com o n.º 1 do artigo 12.º do Decreto Regulamentar n.º 26/2012 de 21 de fevereiro, constituída pelo Diretor do Agrupamento e por quatro docentes escolhidos de entre os membros do Conselho Pedagógico.
2. O Diretor do Agrupamento é, por inerência do cargo que desempenha, o presidente da SADD.

## **CAPÍTULO II - ORGANIZAÇÃO**

### **Artigo 3.º**

#### **Mandato dos membros da Secção**

1. O mandato dos membros da SADD deve exercer-se entre o momento da respetiva designação pelo Conselho Pedagógico e o momento em que haja lugar à perda da qualidade de membro do Conselho Pedagógico.
2. Há lugar a substituição de membro da SADD, sempre que:
  - a) Se verifique a perda de qualidade de membro do Conselho Pedagógico;
  - b) Se verifique o seu impedimento por período superior a 30 dias;
  - c) Por motivo devidamente justificado e atendível, o próprio solicite a sua dispensa.

### **Artigo 4.º**

#### **Incompatibilidades e/ou Impedimentos**

Estão impedidos de intervir na validação das propostas de avaliação com menção de Excelente, Muito Bom, Regular ou Insuficiente, bem como nos processos de apreciação de reclamação:

- a) Os membros que tenham participado como avaliadores;
- b) O membro cuja avaliação ou reclamação ao próprio diga respeito;
- c) Qualquer membro impedido nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

### **Artigo 5.º**

#### **Competências da SADD**

São competências da SADD as referidas do n.º 2 do artigo 12.º do Decreto Regulamentar n.º 26/2012 de 21 de fevereiro, nomeadamente:

- a) Aplicar o sistema de avaliação do desempenho tendo em consideração, designadamente, o projetivo educativo do agrupamento de escolas ou escola não agrupada e o serviço distribuído ao docente;
- b) Calendarizar os procedimentos de avaliação;
- c) Conceber e publicitar o instrumento de registo e avaliação do desenvolvimento das atividades realizadas pelos avaliados nas dimensões previstas no artigo 4.º, do referido Decreto Regulamentar, nomeadamente, nas dimensões: Científica e pedagógica; Participação na escola e relação com a comunidade; Formação contínua e desenvolvimento profissional;
- d) Acompanhar e avaliar todo o processo;
- e) Aprovar a classificação final harmonizando as propostas dos avaliadores e garantindo a aplicação das percentagens de diferenciação dos desempenhos;
- f) Apreciar e decidir as reclamações, nos processos em que atribui a classificação final;
- g) Aprovar o plano de formação previsto na alínea b) do n.º 6 do artigo 23.º, do Decreto Regulamentar n.º 26/2012 de 21 de fevereiro, sob proposta do avaliador.

#### **Artigo 6.º**

##### **Funções do Presidente da SADD**

Ao presidente da SADD cabem as seguintes funções:

- a) Representar a secção;
- b) Convocar e presidir às reuniões da secção;
- c) Promover o cumprimento das deliberações tomadas pelo mesmo órgão.

### **CAPÍTULO III - FUNCIONAMENTO**

#### **Artigo 7.º**

##### **Periodicidade e convocatória das reuniões**

1. A SADD reúne por convocação do Presidente, ao longo do ano, sempre que necessário.
2. A convocatória, confirmando a data e informando da ordem de trabalhos, deverá ser enviada aos membros da SADD, por via eletrónica / por escrito, com uma antecedência mínima de quarenta e oito horas.

#### **Artigo 8.º**

##### **Quórum das Reuniões**

1. A secção só pode deliberar na presença de metade mais um do número legal dos seus membros.
2. Na falta de quórum, a que se refere o número anterior, será designado pelo Presidente outro dia para a reunião, com a mesma natureza da anteriormente prevista, sendo enviada nova convocatória.
3. Da reunião não consumada será lavrada ata com registo das presenças e ausências dos membros, procedendo-se à respetiva marcação de faltas.

### **Artigo 9.º**

#### **Secretariado da SADD**

1. As funções de secretário da SADD serão asseguradas em regime de rotatividade pelos seus membros.
2. Ao Secretário da SADD compete lavrar as atas das reuniões.
3. É obrigatório o registo em ata do que de essencial se tiver passado na reunião, sendo aquela elaborada nos termos e forma legalmente exigidas para a sua validade.
4. A ata, depois de devidamente assinada por todos os membros da SADD, deve ser arquivada.

### **Artigo 10.º**

#### **Voto e formas de votação**

1. Nenhum membro presente poderá deixar de votar, não existindo direito à abstenção.
2. O Presidente da SADD tem voto de qualidade em caso de empate.
3. A votação realiza-se:
  - a) Nominalmente, salvo deliberação ou expressa determinação legal em sentido contrário;
  - b) Por escrutínio secreto, quando as deliberações importem apreciações de pessoas;
  - c) Por simples consenso, quando se trate de deliberações sobre assuntos de mero expediente.
4. As deliberações, salvo expressa previsão legal, são adotadas por maioria simples dos membros presentes.

### **Artigo 11.º**

#### **Avaliação Final**

1. No caso dos docentes integrados na carreira, em período probatório e em regime de contrato de trabalho, a SADD procede à análise dos elementos do seu processo de avaliação, aprecia a proposta apresentada pelo avaliador e atribui a classificação final e a menção qualitativa, mediante o seu registo na ficha de avaliação global.
2. A avaliação final é comunicada, por escrito, ao avaliado, sendo-lhe dado conhecimento da menção qualitativa e da correspondente classificação.
3. No caso dos docentes avaliados nos termos dos procedimentos especiais, a Secção de Avaliação analisa o relatório de autoavaliação dos avaliados nas dimensões participação na escola e relação com a comunidade e formação contínua e desenvolvimento profissional, emitindo um parecer relativo a estas duas dimensões

### **Artigo 12.º**

#### **Reclamação**

1. A reclamação do docente deverá incidir sobre aspetos objetivos e concretos e incluir os necessários elementos de prova.
2. Haverá lugar a indeferimento da reclamação quando os fundamentos forem insuficientes, vagos ou imprecisos ou se se esgotarem na ponderação comparativa com outros docentes.

3. A Secção de Avaliação só analisará os itens reclamados.

### **Artigo 13.º**

#### **Cumprimento de Quotas**

Para efeitos de cumprimento das quotas, quando for necessário proceder ao desempate entre docentes com a mesma classificação final na avaliação do desempenho, devem ser aplicados, sucessivamente, os critérios apresentados no artigo 22º do decreto regulamentar nº 26/2012, de 21 de fevereiro, a saber:

- a) Classificação obtida na dimensão científica e pedagógica;
- b) Classificação obtida na dimensão participação na escola e relação com a comunidade;
- c) Classificação obtida na dimensão formação contínua e desenvolvimento profissional;
- d) Graduação profissional;
- e) Tempo de serviço em exercício de funções públicas.

## **CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **Artigo 14.º**

#### **Dúvidas e Omissões**

1. Em tudo o que for omissa no presente Regulamento aplicar-se-ão as disposições legais em vigor e o Código do Procedimento Administrativo.
2. Em caso de dúvida compete à SADD, por consenso dos seus membros, interpretar a situação vigente e decidir as ações a tomar.

### **Artigo 15.º**

#### **Alterações ao Regulamento**

1. O presente Regulamento pode ser alterado pela SADD por proposta de, pelo menos, dois dos seus membros;
2. As alterações ao Regulamento devem ser aprovadas por maioria absoluta dos seus membros, sendo objeto de nova publicação.

### **Art.º 16.º**

#### **Entrada em vigor e publicação**

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua aprovação, sendo fornecido um exemplar a cada membro da SADD.

Aprovado em Conselho Pedagógico de 8 de novembro de 2018

O Presidente do Conselho Pedagógico

---

José Carlos Maciel Pires de Lima